



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis (03/06/2026), às onze horas (11h), realizou-se a 12ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, de forma híbrida, presencialmente na Sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e presencialmente e/ou virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Sérgio Amaral Scala, Silvana de Almeida Abreu, Sandra Malta Prata Lima, Humberto Pimentel Costa, Péricles Gama de Lima Filho e Luciano Romero da Matta Monteiro. Ausentes justificadamente, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Denise Guimarães de Oliveira, Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos e Luiz José Gomes Vasconcelos. Registrou-se, ainda, a presença do Secretário do Colégio, Ivaldo da Silva, e, na qualidade de ouvinte, a participação do Promotor de Justiça Dr. Paulo dos Anjos. Confirmado o quórum necessário, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, foi feita a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 11ª Reunião Ordinária do CPJ em 2026; 2. Proc. SAJMP n. 02.2026.00006618-0, para homologação, interessado Dr. José Carlos Silva Castro, Promotor de Justiça, assunto encaminhamento do plano de atuação 2026/2027 das Coordenadorias das Promotorias Criminais Residuais da Capital; 3. Plano de Atuação da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, para homologação, interessado Dr. Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça, assunto encaminhamento do plano de atuação 2026/2027. **Quanto ao item 1**, posta em votação, a Ata da 11ª Reunião Ordinária do CPJ em 2026 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. **Quanto aos itens 2 e 3**, procedeu-se ao exame dos planos de atuação submetidos à homologação. Após a apreciação, o Colégio de Procuradores homologou, por unanimidade, o plano de atuação 2026/2027 das Coordenadorias das Promotorias Criminais Residuais da Capital, bem como o Plano de Atuação



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

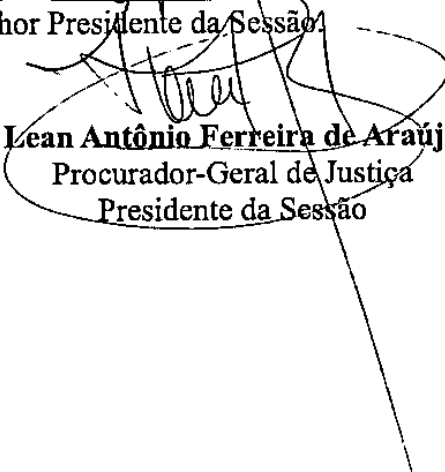
39 da 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Quanto a este último, consignou-se a manutenção das funções ministeriais do Promotor Givaldo de Barros
40 Lessa, que preserva suas atribuições na respectiva unidade
41 concomitantemente ao exercício de funções associativas. Na sequência,
42 passou-se à apreciação do Processo Administrativo GED n.
43 20.08.1482.0000002/2026, relativo ao requerimento de teletrabalho
44 integral e residência fora da comarca formulado por membro do Ministério
45 Público diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Nível 1.
46 O Relator, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Maurício André Barros
47 Pitta, apresentou voto pelo deferimento parcial, com a implementação de
48 regime funcional híbrido, sob acompanhamento da Corregedoria-Geral e
49 posterior submissão à perícia médica oficial do Estado, destacando, em
50 síntese, a proteção dos direitos fundamentais do membro, a necessidade de
51 observância da presença física institucional e a capacidade funcional
52 demonstrada nos laudos acostados aos autos. Aberto o debate, o Procurador
53 de Justiça Valter José de Omena Acioly suscitou questão de ordem, com
54 pedido de conversão do julgamento em diligência, manifestando
55 preocupação com a eficiência do atendimento à população e com a
56 efetividade do serviço ministerial na comarca de titularidade do
57 interessado. A Presidência e o Relator prestaram os esclarecimentos
58 solicitados, consignando que a proposta de regime híbrido, com
59 acompanhamento dinâmico da Corregedoria-Geral, buscava harmonizar o
60 interesse público com o direito à saúde. Durante a discussão, a
61 Excelentíssima Procuradora de Justiça Sandra Malta Prata Lima requereu
62 esclarecimentos acerca da atualidade dos laudos psiquiátricos, ao passo que
63 a Excelentíssima Procuradora de Justiça Silvana de Almeida Abreu
64 questionou se havia pedido de redução de carga horária, ao que o Relator
65 esclareceu que a controvérsia se restringiu à modalidade de exercício
66 funcional. Ao final, entendendo pela necessidade de análise mais detida da
67 ficha funcional do interessado e do impacto do precedente na estrutura
68 orgânica da instituição, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Valter José
69 de Omena Acioly formulou pedido de vista, ficando consignado o
70 compromisso de devolução do processo para deliberação final na reunião
71 ordinária agendada para o dia 11 de junho de 2026. Em comunicações
72 finais, o Corregedor-Geral informou não possuir manifestações
73 administrativas no momento. Foram registradas e aceitas as justificativas
74 de ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Luiz José Gomes
75 Vasconcelos, por viagem a serviço, bem como da Procuradora de Justiça

X'



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

77 Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos, por luto de familiar, da Procuradora
78 de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, por estar em sessão no Pleno do
79 Tribunal de Justiça e do Procurador de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti
80 Jucá, este último em gozo de férias regulamentares. Nada mais havendo a
81 tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou
82 encerrada a reunião, convocando os membros para a próxima sessão, a
83 realizar-se no dia 11 de junho do corrente ano, às 11 horas. Determinou,
84 ainda, a lavratura desta Ata, ~~que lavrei~~ e rubriquei na qualidade de
85 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Ivaldo da Silva,
86 Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do
87 Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão!


Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão